



# Memórias do processo de democratização da Câmara Municipal de Lisboa: um projeto de difusão em arquivos

Raquel Ascensão<sup>a</sup>, Helena Neves<sup>b</sup>

<sup>a</sup>*Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Municipal, Portugal, [raquel.ascensao@cm-lisboa.pt](mailto:raquel.ascensao@cm-lisboa.pt)*

<sup>b</sup>*Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Municipal, [helena.neves@cm-lisboa.pt](mailto:helena.neves@cm-lisboa.pt)*

---

## Resumo

O que aconteceu na Câmara Municipal de Lisboa (CML) durante o processo revolucionário? A questão surgiu com a aproximação do cinquentenário da Revolução de 25 de Abril e constituiu o ponto de partida de um trabalho de investigação sobre esse período marcante da história recente, consistindo no levantamento de fontes documentais do arquivo da CML e culminando numa iniciativa de difusão editorial. A presente comunicação tem como objetivo dar a conhecer este projeto e propõe-se refletir sobre o papel de mediação dos arquivos, o recurso a estratégias de difusão capazes de contribuir para o conhecimento e visibilidade dos seus acervos, bem como para a construção da memória coletiva. Procuraremos apresentar de que forma a metodologia usada e o resultado alcançado nos permitiu cumprir aquilo que é a responsabilidade, objetivo e missão dos Arquivos enquanto instituições de memória.

**Palavras-chave:** Cinquentenário 25 de Abril, Processo revolucionário português, Arquivo Municipal de Lisboa, Memória coletiva, Difusão em arquivo.

---

## Introdução

“Os arquivos desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória coletiva”<sup>1</sup>

A atividade do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), enquanto instituição de memória da cidade, tem sido guiada pela noção de que o arquivo é um repositório de memória transmitida ao longo dos tempos, e que tal implica um sentido de responsabilização no que concerne à promoção do acesso e comunicação do seu património informacional para a construção de conhecimento. Por esta razão, no cumprimento da sua missão, o AML tem assumido a responsabilidade de prosseguir uma política de divulgação do seu acervo, composto por documentação produzida pelos órgãos e serviços municipais e por fundos documentais privados considerados relevantes para o município.

Com a aproximação do cinquentenário do 25 de abril, e tendo como ponto de partida o processo de democratização do país e da CML em particular, nomeadamente quanto aos aspetos que envolveram a adaptação da autarquia às exigências de um novo regime político, o AML desenvolveu um trabalho de tratamento, investigação e análise de fontes documentais sobre os 18 meses compreendidos entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975, correspondentes ao Processo Revolucionário em Curso (PREC). O percurso exploratório do levantamento documental e algumas das respostas encontradas serão abordados

mais adiante.

O resultado dessa investigação, que consideramos constituir um contributo válido para o aprofundamento da história da autarquia, foi materializado num formato editorial integrado na Coleção *Memórias em arquivo* (AML, 2024). Atendendo a que a produção editorial é uma das formas privilegiadas de difusão dos produtos e serviços do AML, interessou-nos refletir em que medida essa ação de difusão promove o uso das suas fontes de informação, enquadrando-a na discussão teórica que problematiza o papel da difusão nos arquivos, na mediação do conhecimento e na formação da memória histórica coletiva ou social.

Na bibliografia que problematiza o tema da difusão nos arquivos encontramos reflexão sobre a mediação da memória coletiva contida nos arquivos e de como a difusão, inscrita no paradigma pós-custodial, contribui para uma mediação ativa da informação (Cook, 2012; Ribeiro, 2011; Bellotto, 2006). Identificamos a importância atribuída a essa função, de que forma contribui para a projeção social do arquivo (Bellotto, 2006; Charbonneau, 1999; Couture, 1999) e para a sua notoriedade e visibilidade (Almada, 2024; Silva, 2023; Charbonneau, 1999). Enunciam-se estratégias de difusão desenvolvidas pelos arquivos: educativa, cultural e editorial (Neto, 2020; Mundet, 2012; Bellotto, 2006; Charbonneau, 1999), focando esta última, objeto da nossa análise. A pesquisa bibliográfica retornou ainda dados e resultados produzidos por estudos recentes sobre o uso que os arquivos municipais portugueses, incluindo o AML, fazem dos meios digitais da Web para o acesso e difusão dos seus acervos (Almada, 2024; Silva, 2023; Gabriel, 2021).

### **Memória coletiva e difusão em arquivo**

A função primária dos arquivos históricos institucionais, sejam eles de natureza pública ou privada, é gerir a documentação produzida e acumulada no exercício das funções da instituição em que estes serviços se integram. Heloísa Bellotto, refere que o arquivo é a entidade que participa no percurso “da administração à história”, do uso corrente à conservação permanente dos documentos (2006, p. 227). Após o cumprimento da finalidade pela qual foi gerada – administrativa, fiscal, legal ou executiva –, a documentação passa a constituir o passivo histórico da instituição, contendo a memória da sua atuação, organização e evolução ao longo dos tempos, que se quer acessível ao cidadão. O arquivo é “a consciência histórica da administração”, cabendo-lhe revelar o potencial de utilização científica e cultural do seu acervo à comunidade (Bellotto, 2006, p. 25).

De acordo com Fernanda Ribeiro, o arquivo desempenha um papel de mediação entre a memória informacional e o utilizador, memória entendida como “fator de identidade de um povo” (2011, p. 69). A autora inscreve essa mediação no paradigma pós-custodial que emergiu com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos serviços de informação, passando a posicionar as necessidades do utilizador como o objetivo central dos serviços de informação. Uma visão que se afasta da conceção de mediação passiva do paradigma custodial, que priorizava “a guarda do património cultural incorporado e acumulado e não o acesso ou [n]a difusão plena” (2011, p. 65). Terry Cook considera ser indispensável que os arquivistas deixem de se identificar “como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrarem o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social)” (2012, p. 125). O autor observa, no quadro normativo e legal arquivístico atual, que a justificação por detrás do arquivo passa a residir no facto de este ser capaz de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, localidade, história, cultura, e memória pessoal e coletiva (2012, p. 141).

Vemos como a mudança de paradigma se refletiu nas funções do arquivista, que deixou de estar orientado exclusivamente para o depósito, preservação e disponibilização da informação apenas quando solicitada, passando a ser um mediador ativo entre o acervo e o utilizador, demonstrando iniciativa para fornecer

compreensão, acesso e difusão da informação.

Com o foco da nossa reflexão nesta última função, a difusão, importa olhar para a definição do conceito, ressaltando desde logo a aproximação entre os conceitos de difusão, divulgação e comunicação. Sobre este tema, Marta Nogueira afirma que, no âmbito da normalização e terminologia arquivística portuguesa, o termo difusão apenas se encontra previsto na Norma Portuguesa 4041:2005, onde é definido como a função “que visa promover o conhecimento do acervo documental”. De forma redundante, a norma integra a difusão no conceito de comunicação: “a função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização” (2012, p. 93). A difusão fica assim circunscrita à vertente do acesso e consulta. A autora conclui que a comunicação, sendo referida por alguns autores como equivalente à difusão, poderá ter constituído um fator desfavorável à distinção das duas funções e à definição de um enquadramento teórico autónomo para a difusão. Identifica a necessidade do alargamento teórico da vertente da difusão cultural em largo desenvolvimento com a implementação das TIC nos arquivos.

Alguns autores distinguem os públicos aos quais a função se dirige. Cruz Mundet entende que esta visa promover o uso dos arquivos e dos documentos, orientado, em especial, para os públicos que não são utilizadores (2011, p. 142). Normand Charbonneau entende a difusão como “a ação de dar a conhecer, valorizar, transmitir ou tornar acessíveis uma ou várias informações contidas nos documentos de arquivo aos utilizadores (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais, para responder às suas necessidades específicas” (1999, p. 374). Esta última definição, ao compreender todos os tipos de público, utilizadores e utilizadores potenciais, é a que vai ao encontro das práticas de difusão desenvolvidas pelo AML, como veremos adiante.

Quanto à preponderância que a difusão adquire no conjunto das funções do arquivo, as opiniões dos autores não são unânimes. Heloísa Bellotto embora a considere uma atividade secundária, salienta que para o arquivo a difusão editorial, cultural e educativa: “é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro” (2006, p. 226). Charbonneau sublinha a importância que a difusão assume no processo de mediação da memória coletiva contida nos arquivos ao conferir uma nova vida a essa memória (1999, p. 412). Para Carol Couture, a difusão é talvez um dos objetivos mais importantes da arquivística, devendo ser considerada como uma vertente da missão que o arquivista cumpre na sociedade (1999, p. 22). Os dois autores canadianos, Couture e Charbonneau, colocam a difusão em estreita ligação com as demais funções arquivísticas: identificação, aquisição, organização, avaliação, descrição e conservação. O segundo acentua essa ideia, citando Timothy L. Ericson, que identifica o uso dos documentos como o grande objetivo da arquivística:

The goal is use. We need continually to remind ourselves of this fact. Identification, acquisition, description and all the rest are simply the means we use to achieve this goal. They are tools. We may employ all these tools skillfully; but if, after we brilliantly and meticulously appraise, arrange, describe and conserve our records, nobody comes to use them, then we have wasted our time. (Ericson, *Apud* Charbonneau, 1999, p. 379)

Um outro aspeto abordado na literatura é a visibilidade e a notoriedade que advêm da difusão, qualidades que acrescentam valorização e reconhecimento à instituição, o que se pode repercutir na afetação dos recursos necessários para o funcionamento e cumprimento da sua missão. Santos Neto destaca a necessidade de ampliar a visibilidade tanto dos arquivistas quanto da própria ambiência dos arquivos e vislumbra um papel estratégico e norteador da mediação e da difusão em arquivos no processo de projetar socialmente o arquivo (2020, p. 155). A. M. D. Silva refere que a comunicação da informação através da mediação em

ambiente digital permite aos arquivos ganhar visibilidade e melhorar a qualidade do acesso à informação, independentemente do seu suporte e/ou localização física (2023, p. 90). Charbonneau vai mais longe e observa que, para além da projeção no plano externo, onde a difusão é um meio de excelência para a obtenção de visibilidade e notoriedade, as ações de difusão têm importância também no plano interno, referindo-se em particular aos decisores, que podem manter ou aumentar os recursos disponíveis para o arquivo mediante a notoriedade e visibilidade que lhes sejam associadas (1999, p. 386, 412).

No caso do Arquivo da CML, que do ponto de vista da estrutura orgânica corresponde a uma divisão de serviços na dependência administrativa e financeira do Departamento de Património Cultural, que, por sua vez, depende da Direção Municipal de Cultura, faz todo o sentido ter presente que a visibilidade e notoriedade advindas das ações de difusão podem influenciar positivamente a cadeia de decisão interna.

### **Estratégias de difusão nos arquivos**

Relativamente às estratégias de difusão nos arquivos, estas assumem diversas formas: ações educativas junto do público escolar, visitas orientadas, exposições (físicas e virtuais), websites, redes sociais, produtos derivados (postais, calendários, fac-símiles, entre outros), produtos audiovisuais (vídeos promocionais) e publicações, nomeando apenas as que são atualmente desenvolvidas pelo AML.

Acrescentamos a este conjunto as ações de difusão que o nosso arquivo realiza junto das comunidades vizinhas dos três polos do AML – Histórico, Fotográfico e Videoteca – citadas nos estudos de Márcia Almada [et. al.] (2024) e A. M. D. Silva (2023). Segundo Almada, essas ações visam “alavancar identidades de grupo e território” e reforçar o papel social dos arquivos ao promover um sentimento de identidade e pertença em relação à instituição (2024, p. 15).

Outra forma de difusão que vem sendo seguida pelos arquivos, e que importa destacar dado o crescente desenvolvimento das TIC e das redes sociais, é a adoção de soluções de digitalização e disponibilização dos documentos online, de forma a ampliar o acesso dos utilizadores à informação e assegurar a preservação dos documentos. O AML não é exceção e tem envidado esforços para tornar o repositório do seu acervo acessível através da internet, proporcionando o acesso aos registos descritivos com a respetiva imagem digital. Gisela Gabriel no seu estudo sobre a comunicação (também associada ao conceito de difusão) nos arquivos municipais da área metropolitana de Lisboa, identifica diferentes níveis de investimento no que concerne à presença na internet, posicionando o AML no grupo de arquivos com nível de excelência na comunicação online. A autora refere que, dos arquivos presentes na amostra com bases de dados online, o AML era o que contava, à data do estudo, com mais utilizadores, registos e imagens digitais (2019, p. 33).

Ainda assim, a estratégia de digitalização do acervo pode não ser suficiente para chegar a mais utilizadores. Moisés Rockembach refere que, mesmo tratada e disponível na internet, sem uma difusão adequada dos conteúdos, estes só serão recuperados nas pesquisas que lhes sejam dirigidas concretamente. Por conseguinte, o autor afirma que a informação digital carece de uma mediação de qualidade entre o utilizador e o acervo para alcançar mais utilizadores (2021, p. 241).

Uma das formas de difusão que poderá ir ao encontro da necessidade apontada por este autor e que tem vindo a ser implementada pelos arquivos, incluindo o AML, é a publicação de conteúdos digitais nas redes sociais, nomeadamente a partilha de documentos e fotografias, a divulgação de eventos e atividades do arquivo, ou a iniciativa “Documento do mês” (Silva, 2023, p. 94).

## Difusão editorial

Delineado o quadro de estratégias de difusão que caracterizam o AML, iremos agora analisar a difusão editorial que constitui o foco da nossa análise. De notar que esta categoria de difusão abrange atualmente a edição em suporte de papel e digital.

Ao explorar o tema na bibliografia, verifica-se que, no que se refere à produção editorial, os autores reconhecem a importância dos instrumentos de pesquisa/descrição documental (IDD) que os arquivos publicam, à medida tratam os seus acervos, nomeadamente guias, inventários, catálogos e índices. Estes instrumentos, criados em suporte papel ou digital, estabelecem a ligação entre os documentos e o utilizador, pelo que continuam a ser recursos pertinentes (Charbonneau, 1999, p. 394; Bellotto, 2006, p. 229; Nogueira, 2012, p. 91). O AML encontra-se alinhado com esta estratégia, elaborando desde 2019 instrumentos de descrição documental: guia de fundos, inventários e catálogos para publicação e difusão online.

Além destas publicações de natureza arquivística, os autores referem uma série de outras publicações como catálogos de exposições, reproduções de documentos, manuais de procedimentos, edições comemorativas, monografias históricas ou edições temáticas, boletins, *newsletters*, folhetos e o “Documento do mês” (Charbonneau, 1999, p. 394; Bellotto, 2006, p. 229; Nogueira, 2012, p. 92).

Santos Neto assinala outra tipologia de publicações: os trabalhos em revistas científicas ou as comunicações em eventos académicos como congressos científicos, cuja autoria pode inclusive ser dos próprios arquivistas (Almeida e Medeiros *Apud* Santos Neto, 2017, p. 93). No que se refere a este tipo de publicações existe uma correspondência com as atividades de difusão do AML visto que a sua estratégia editorial contempla publicações orientadas para a comunidade académica: a revista científica – *Cadernos do Arquivo Municipal* (CAM) – promove o conhecimento científico e incentiva a publicação de trabalhos que utilizam as fontes do seu acervo. O AML promove ainda a realização de colóquios para divulgação de estudos académicos que usam as fontes do arquivo, com publicação das atas e a participação regular da equipa em conferências que visam divulgar as atividades e o acervo, resultando na publicação das comunicações apresentadas.

No capítulo dedicado à difusão editorial, Heloísa Bellotto destaca o facto de as publicações comunicarem com o exterior ao levarem “à comunidade, à administração e ao meio académico informações sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas dos arquivos” (2006, p. 228). Quanto ao livro em si, a autora evidencia, o seu carácter permanente, considerando-o um veículo de publicidade constante, com um vasto campo de ação e uso indeterminado no tempo, que “será sempre e em qualquer lugar um permanente aviso da existência e da atividade do arquivo” (2006, p. 229).

## Memórias em arquivo: a investigação

O processo de pesquisa de fontes do AML, muitas das quais inéditas, iniciou-se com a consulta das *Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa* e do *Diário Municipal*, onde são publicados comunicados e despachos. A *Correspondência da Presidência*<sup>2</sup> e a *Coleção de recortes de imprensa*<sup>3</sup> forneceram igualmente informação relevante sobre o órgão de direção da autarquia. Com vista a obter mais informação de contexto sobre os acontecimentos, foi consultada a imprensa<sup>4</sup>, arquivos fotográficos e audiovisuais<sup>5</sup>, bem como folhetos políticos, tendo ainda sido realizada uma recolha de memórias através da realização de entrevista a um interveniente nos acontecimentos<sup>6</sup>.

Recorreu-se também a outras fontes de informação pertencentes a outros arquivos, com as quais se estabelece uma complementaridade informacional designadamente os *Processos de nomeação das Comissões Administrativas das Câmaras Municipais* do Governo Civil de Lisboa<sup>7</sup> e o espólio doado ao

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra por Manuel Gomes, delegado do Conselho de Juntas de Freguesia da 1.ª Zona, que desempenhou funções na CML entre julho e novembro de 1975. Este espólio, que contém documentação produzida e recebida pela CML, resultou de um processo revolucionário atribulado que esteve na origem da dispersão documental.

Nos dois casos, o recurso a estas fontes só foi possível porque se encontram tratadas e disponíveis online. O cruzamento de fontes foi fundamental para uma melhor compreensão e reconstituição dos acontecimentos, bem como para a identificação de informação complementar relevante. Daqui se depreende a vantagem da representação arquivística de forma relacional, integrando ligações a documentos de instituições congéneres.

### **Memórias em arquivo: a CML na revolução em curso**

Em traços gerais, a investigação identificou um processo de democratização da autarquia caracterizado pela dinamização e pelo envolvimento cívico da instituição e da sociedade civil na resolução dos problemas da cidade – sendo a escassez de habitação um dos mais evidentes – e da própria autarquia como o saneamento de quadros afetos ao regime anterior ou as questões laborais.

Como resposta a esses desafios, foi desenvolvida uma iniciativa de reestruturação da administração da CML: o *Projeto de Reestruturação da CML*, baseado num modelo alternativo de gestão municipal que visava a inclusão da participação ativa da população na gestão camarária. O projeto adquiriu forma no início do mandato da primeira Comissão Administrativa, em setembro de 1974. De acordo com um estudo de janeiro de 1975, o modelo proposto nessa data era já muito semelhante ao da versão final. A documentação mostra-nos um projeto concebido com recurso a estudos, relatórios, e representações gráficas, o que atesta um nível de planeamento organizacional significativo se considerarmos o curto espaço de tempo em que foi desenvolvido.

O projeto assentava em dois eixos fundamentais: um mais amplo, inserido numa estratégia comum para alcançar o fortalecimento e autonomia da administração local que foi sendo delineada nas Reuniões Inter-Câmaras (RIC)<sup>8</sup> e nas reuniões de preparação do I Congresso Nacional das Autarquias Locais. Contava com o apoio do MFA e dos governos de Vasco Gonçalves. Quanto às RIC, Palacios Cerezales define-as como “coordenações das comissões administrativas que geriam os municípios e que eram apresentadas como uma expressão «territorializada» da vontade popular” (2003, p. 98). Relativamente ao alinhamento político da Comissão Administrativa da CML com o MFA, este encontra-se expresso em vários documentos.

O outro eixo de atuação, de âmbito interno, consistia na descentralização dos serviços por várias zonas da cidade, mais precisamente por sete câmaras locais que configurariam uma espécie de “mini-câmaras”, permitindo uma maior participação da população na gestão camarária. Além deste modelo de desconcentração da câmara, a versão final do projeto, previa a criação do Conselho Municipal, que incluiria representantes da população. O objetivo era que este órgão tivesse poderes de decisão e definição de políticas e poder sobre a câmara que passaria a ter um papel meramente consultivo.

Propunha-se um novo sistema de governação, que introduzia a participação da população nos vários níveis de atividade municipal, de acordo com um programa político alinhado com o socialismo de base popular. Este foi, de resto, um dos pontos de discórdia entre vogais da Comissão Administrativa do PS e do PSD, que ditou o fim do projeto.

Foi num contexto de clivagem política e em pleno “Verão quente” que o projeto avançou informalmente com a integração dos delegados de zona, representantes da população, nos trabalhos da Comissão

Administrativa, com vista à criação do Conselho Municipal. No entanto, no final de setembro, o VI Governo, composto por PS e PSD, interrompeu o projeto, instalando-se, a partir daí, um clima de crise interna que levou à demissão da primeira Comissão Administrativa poucos dias antes do 25 de novembro.

Durante o mandato da segunda comissão administrativa, que exerceu funções até à tomada de posse dos membros da primeira câmara municipal eleitos democraticamente, em dezembro de 1976, verificaram-se sinais de desativação das estruturas embrionárias que haviam sido criadas no âmbito da reestruturação da administração. Neste período identificamos a consequente contestação das organizações populares a favor da continuidade do projeto.

O contexto político do país refletiu-se claramente nos acontecimentos da CML. Confrontam-se duas vias políticas: a da democracia direta ou de base, revolucionária, que pressionava o avanço da participação popular na administração da autarquia, e a via representativa da legitimidade eleitoral que pretendia bloquear esse avanço, acabando por “vencer” esta última. Neste ponto, é interessante verificar que a literatura sobre o tema corrobora a informação obtida a partir das fontes levantadas. Palacios Cerezales refere que a natureza participativa das populações nos órgãos representativos do município, com vista à obtenção de um certo controlo na gestão camarária, não teria a aprovação do VI Governo (19/09/1975 até 23/07/1976) que veio impor o desalojamento das casas ocupadas, deu início ao desmantelamento das estruturas de “poder popular” e promoveu o abandono definitivo dessa política depois do 25 de novembro (Palacios Cerezales, 2003, p. 101).

Esta ideia é igualmente partilhada por Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que a tentativa de fortalecimento do poder autárquico durante o processo revolucionário, procurando transformar “o poder local no berço da democracia participativa”, não foi cumprida.

Esperava-se que, ao nível das autarquias, o exercício do poder político fosse mais próximo dos cidadãos e mais participado por estes, constituindo assim um cadinho de vivências democráticas fortes onde se geraria uma cultura política de cidadania ativa capaz de neutralizar a cultura de submissão e de autoritarismo prevalecente até então no país. (Boaventura de Sousa Santos *apud* Castelo, 2002, p. 7)

## **Memórias em arquivo: a difusão editorial**

Perante o resultado da investigação que identificou fontes inéditas e outras pouco conhecidas para a história do PREC na CML, que podem interessar tanto ao investigador como ao público em geral, impôs-se revelar a existência desta documentação. Para tal, optou-se por um formato editorial que fixasse esse conteúdo, possibilitando a consulta futura.

Tendo em conta que o trabalho de investigação foi produzido no âmbito de uma data comemorativa, a escolha recaiu sobre a linha editorial *Memórias em Arquivo*, de carácter permanente e sem periodicidade regular, orientada para o público em geral que assinala aniversários ligados à história da cidade de Lisboa. Desenvolvida a partir do levantamento e estudo de fontes primárias existentes no AML, esta linha editorial, que se constitui como uma coleção, insere-se, portanto, no domínio da comemoração, prática utilizada para evocar datas e acontecimentos e transmitir essa memória para o presente e para o futuro.

A coleção que vem adquirindo cada vez mais consistência, conta atualmente com sete números e uma tiragem global de 7850 exemplares. Os mais recentes, ainda em preparação, são dedicados ao 50.º aniversário das primeiras eleições autárquicas e ao 40.º aniversário das Escolas de calceteiros e de jardinagem da CML; os anteriores, evocaram o 120.º aniversário da Sociedade Promotora de Educação Popular, o 125.º aniversário do Teatro Municipal São Luiz, o 30.º aniversário da Videoteca e os 20.º e 50.º aniversários da Expo 98 e da Ponte 25 de Abril, respetivamente, duas obras públicas que imprimiram grandes transformações na cidade.

No caso das *Memórias em Arquivo*, dedicadas ao cinquentenário do 25 de Abril, foram distribuídos gratuitamente 700 exemplares. A publicação encontra-se exposta em zonas de visibilidade do arquivo juntamente com os outros números da coleção. O seu lançamento realizou-se em maio de 2024, num evento que teve lugar na Feira do Livro de Lisboa, integrado no programa das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Como acontece com os eventos de difusão, este foi, por sua vez, divulgado, ocasionando um efeito de réplica que amplia a ação de difusão inicial. A divulgação ocorreu por via da *Newsletter* e nas redes sociais do AML (Facebook e Instagram). Já no início deste ano, a propósito de uma comunicação académica em torno da análise da correspondência da presidência da CML, uma das fontes tratadas no âmbito da investigação sobre o processo de democratização da CML, estas *Memórias em Arquivo* foram novamente divulgadas nas redes sociais.

A publicação foi distribuída a várias instituições de conhecimento e cultura, encontrando-se atualmente integrada nas respetivas bibliotecas e beneficia da divulgação nos repositórios bibliográficos em linha destas entidades. O mesmo se verifica com os exemplares depositados na biblioteca do AML e na rede de bibliotecas públicas de Lisboa. Acrescenta-se que a publicação tem registo ISBN e depósito legal, o que facilita a sua catalogação e pesquisa no geral. Portanto, estas publicações em concreto garantem, por esta via, presença no meio digital.

Por outro lado, analisando ainda a presença no meio digital, reconhecemos as limitações a esse nível, dada a particularidade da sua edição exclusiva em suporte papel que a impede de alcançar um público mais vasto como já acontece com os outros produtos de difusão editorial do AML em formato digital: os *IDD*, o *Documento do mês*, a *Newsletter* ou os *Cadernos do Arquivo Municipal*.

## **Considerações finais**

A iniciativa de difusão desenvolvida no âmbito das comemorações do cinquentenário da Revolução de 1974 foi uma oportunidade para identificar, tratar e disponibilizar online fontes primárias, algumas das quais inéditas e outras pouco conhecidas, sobre um período fundacional da história institucional recente. A iniciativa enquadrou-se numa perspetiva de mediação ativa, na qual o papel do arquivista não se limitou ao tratamento documental. Foi realizada investigação que forneceu contexto aos documentos e esse conteúdo foi difundido através de uma publicação, acrescentando, desse modo, valor e compreensão a essas fontes.

Esta ação de difusão contribuiu também para a construção da memória coletiva que se pretendeu partilhar com a comunidade de utilizadores e registar para as gerações futuras. Constatamos que está alinhada com os estudos consultados que salientam a pertinência da difusão editorial ao atuar como elo entre o acervo e o utilizador. Nesse sentido, a política editorial do AML deverá continuar a apostar num catálogo diversificado, como estratégia complementar à digitalização e à disponibilização online do acervo documental, aproveitando as vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento das TIC nos arquivos, de modo a ampliar o seu público.

Não esquecendo o estabelecimento de pontes com outras instituições de memória, o que é demonstrado pela articulação com outros arquivos, cujos acervos estão descritos e disponíveis online e que foram essenciais para a recolha de informação subsidiária para a história da CML neste período, caracterizado pela instabilidade institucional/administrativa, que, de certa forma, foi responsável pela dispersão e perdas documentais. Nesse contexto de proveniência documental interligada, a ideia da memória em rede adquire um significado concreto.

## Referências bibliográficas

- Almada, M., Souza, Y., Zervos, S., & Costa, A. O. (2024). Superando a invisibilidade: Em defesa da valorização social dos arquivos públicos. *Acervo*, 38(1), 1–28. <https://doi.org/10.64729/an.acervo.v38i1.2384>
- Arquivo Municipal de Lisboa (2024). *50 anos 25 de Abril: O processo de democratização da Câmara Municipal de Lisboa (memórias em arquivo)*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Bellotto, H. L. (2006). Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In Bellotto, H. L. (ed.), *Arquivos permanentes: Tratamento documental* (4ª ed., pp. 226-247). FGV.
- Castelo, C. (2007). Os arquivos como instrumento de controlo democrático. In 9.º Congresso da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD). BAD.
- Charbonneau, N. (1999). La diffusion. In Couture, C. (Ed.), *Les fonctions de l'archivistique contemporaine* (pp. 373-428). Presses de l'Université du Québec.
- Cook, T. (2022). Arquivologia e pós-modernismo: Novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, 1(1), 123–148.
- Couture C. (1999). La politique de gestion des archives. In Couture, C. (Ed.), *Les fonctions de l'archivistique contemporaine* (pp. 3-25). Presses de l'Université du Québec.
- Cruz Mundet, J. R. (2011). *Diccionario de archivística*. Alianza Editorial.
- Da Silva, A. D. (2023). Análise comparativa do acesso à informação dos arquivos municipais portugueses na internet e nas redes sociais entre 2013 e 2023. *Páginas a&b*, 20(3), 87–100. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a6>
- Gabriel, G. G. (2019). A comunicação nos arquivos municipais da Área Metropolitana de Lisboa. *Páginas a&b*, (3), 27–38.
- Nogueira, M. (2012). Terminologia arquivística: Reflexões sobre o conceito de difusão. In *II Encontro de Arquivos do Algarve: Sistema de Gestão Integrada da Informação* (pp. 89-109). Portimão.
- Palacios Cerezales, D. (2003). *O poder caiu na rua: Crise de estado e acções colectivas na revolução portuguesa*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Ribeiro, F. (2010). Da mediação passiva à mediação pós-custodial: O papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação & Sociedade: estudos*, 20(1), 63-70.
- Rockembach, M. (2021). Da infocomunicação à difusão aplicada aos arquivos. In Martins, A. (Ed.), *Trajetórias de pesquisa em comunicação: Temas, heurísticas, objetos*. Pimenta Cultural. <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.847>
- Santos Neto, J. A., & Bortolin, S. (2020). Mediação e difusão em arquivos: Inter-relações teóricas. *Informação em Pauta*, 5(1), 144-161.

## Notas

---

<sup>1</sup> Excerto da Declaração Universal sobre os Arquivos aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, em Oslo.

<sup>2</sup> AML, *Correspondência da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa*. PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/034.

<sup>3</sup> AML, *Recortes de imprensa 1974-1975*. PT/AMLSB/CMLSBAH/RPCI/005/002.

<sup>4</sup> *Diário de Lisboa* consultado no portal Casa Comum da Fundação Mário Soares e Maria Barroso [[http://casacomum.org/cc/diario\\_de\\_lisboa/](http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/)]

<sup>5</sup> RTP Arquivos. [<https://arquivos.rtp.pt/>].

<sup>6</sup> Entrevista a Henrique Monteiro Chaves realizada por Helena Neves e Raquel Ascensão em 30/01/2024.

<sup>7</sup> Documentação à guarda do Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

<sup>8</sup> Cerezales define as RIC como “coordenações das comissões administrativas que geriam os municípios e que eram apresentadas como uma expressão «territorializada» da vontade popular” (2003, p. 98).